

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.860 - PB (2019/0273247-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : PALOMA VITORIA DA SILVA BRITO
ADVOGADO : FRANCISCO OLIVEIRA DE BRITO - PB016501
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por PALOMA VITORIA DA SILVA BRITO, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, no julgamento do HC n. 0808036-43.2019.815.0000.

Extraí-se dos autos que a recorrente foi presa em flagrante em 31/1/2019 pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 303 e 306 da Lei 9.503/1997 (lesão corporal culposa na direção de veículo automotor e direção com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool). Em audiência de custódia foi concedida liberdade provisória mediante fiança e outras medidas cautelares alternativas. Posteriormente foi oferecida denúncia.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. CRIMES DE TRÂNSITO, EM TESE. EXCESSO DE PRAZO. SUPERADO. RECEPÇÃO DA PEÇA ACUSATÓRIA. RELAXAMENTO DA PRISÃO EM FLAGRANTE E ARBITRAMENTO DE FIANÇA, COM APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. PROPORCIONALIDADE E ADEQUAÇÃO. MANUTENÇÃO. DENEGAÇÃO.

Mostra-se superada a alegação de excesso de prazo, com a recepção da denúncia pelo magistrado de piso.

Diante das peculiaridades do caso concreto, as medidas cautelares aplicadas à paciente mostram-se adequadas e dentro dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, inexistindo constrangimento ilegal (fls. 62).

No presente recurso, alega a ausência de fundamentação idônea que justifique a aplicação das medidas cautelares. Assevera que o Juízo plantonista entendeu não estarem

Superior Tribunal de Justiça

presentes os requisitos da prisão preventiva, aplicando as cautelares diversas da segregação sem a devida fundamentação.

Destaca que as medidas cautelares impostas são desproporcionais e indica a desnecessidade da cautela.

Aponta que conta com condições pessoais favoráveis.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação das medidas cautelares diversas da prisão impostas.

Indeferida a liminar (fls. 83/85) e informações prestadas (fls. 91/108), o Ministério Público Federal opinou pela extinção do processo sem resolução do mérito (fls. 110/112).

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Dos informes trazidos pelo Juízo singular, verificou-se que as medidas cautelares impostas foram revogadas (fl. 106)

Assim, constata-se a perda superveniente do objeto do reclamo.

Ante o exposto, com base no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator